

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - AJES
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

8,5

INDISCIPLINA NAS SÉRIES INICIAIS

Mizael da Silva Bernal

mizapedag@hotmail.com

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA - AJES
ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOPEDAGOGIA

INDISCIPLINA NAS SÉRIES INICIAIS

Mizael da Silva Bernal

Orientador: Prof. Ilso Fernandes do Carmo

*“Trabalho apresentado como exigência
parcial para a obtenção do título de
especialização em Psicopedagogia.”*

BRASNORTE/2013

Dedicamos esta monografia a nossos familiares, aos colegas de curso, aos professores e a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para esta conquista.

RESUMO

Este estudo, de caráter bibliográfico, objetivou analisar a importância de se educar com limites para a questão do desenvolvimento infantil. Objetivou ainda: verificar como está a postura disciplinar na relação familiar; identificar quais são as falhas encontradas na relação familiar que modifica o comportamento infantil; preocupar-se com a forma que estão sendo transmitidas noções de limites; e reconhecer que ocorrem modificações no comportamento infantil quando se aplica o educar no limite em diferentes ambientes. Ressalta-se que ser disciplinado não significa ser treinado a obedecer, mas sim compreender as razões de se comportar de um modo ou de outro. A disciplina é resultante e não pré-existente. A Escola sofre reflexos do meio em que está inserida. O problema disciplinar é, frequentemente, repercussão dos conflitos da família e do meio social envolvente. Concluiu-se que as escolas públicas são hoje frequentadas por populações escolares muito heterogêneas, contando no seu seio com um crescente número de alunos que provém de grupos sociais onde subsistem frequentemente graves problemas de integração social (ciganos, negros, etc.). Apesar da especificidade dos problemas destes alunos, a escola recusa-se, por uma questão ideológica a tratá-los de um modo diferenciado. A democraticidade do tratamento não elimina os problemas de socialização. Resultado: os problemas são transportados para dentro da sala de aula.

Palavras Chave: Comportamento, Aprendizagem, Educandos e Família.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO-----	05
1. OS REFLEXOS DA SOCIEDADE NA ESCOLA -----	08
2. O PROBLEMA DA INDISCIPLINA-----	20
3. A INDISCIPLINA E O CONTEXTO FAMILIAR -----	24
CONCLUSÃO-----	28
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	34

INTRODUÇÃO

Esta monografia tem como objetivo mostrar as concepções do professor de ensino fundamental sobre a indisciplina escolar.

A disciplina enquanto regime de ordem imposta ou livremente consentida que convém ao funcionamento regular de uma organização, implicaria na observância a preceitos ou normas estabelecidas. A violência, por sua vez, seria caracterizada por qualquer ato violento que, no sentido jurídico, provocaria, pelo uso da força, um constrangimento físico ou moral.

A partir destas colocações surgem alguns questionamentos:

Será que em educação poderíamos debater sobre esses conceitos, usando as mesmas concepções? Será que a indisciplina e a violência são sempre indesejáveis, ou teríamos de considerar a ambigüidade desses termos?

Essas questões levaram a uma reflexão sobre a duplicidade sempre presente nas práticas sociais e que nos obriga a considerar não apenas as regras do jogo institucional, mas também outras regras que, de modo velado, perpassam o cotidiano escolar.

A escola, enquanto espaço onde ocorre a manifestação de violência e de indisciplina, é percorrida por um movimento ambíguo: de um lado, pelas ações que visam ao cumprimento das leis e das normas determinadas pelos órgãos centrais, e, de outro, pela dinâmica dos seus grupos internos que estabelecem interações, rupturas e permitem a troca de idéias, palavras e sentimentos numa fusão provisória e conflitual.

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reflexo da opressão, da violência, dos conflitos que acontecem na sociedade. É importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina.

Para dar conta de algumas formas de violência e de indisciplina que dinamizam a vida cotidiana da escola, é preciso apreender, na ambigüidade desses fenômenos, seus modos específicos de manifestação.

Não se tem como objetivo valorizar esteticamente a violência, nem defender uma escola sem regras, mas apontar a existência de uma lógica interna aos fatos que ofereça uma pista para encontrarmos alternativas pedagógicas de negociação com os conflitos.

A escola como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais. A homogeneização é exercida por meio de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos corpos uma atitude de submissão e docilidade.

Assim como a escola tem esse poder de dominação que não tolera as diferenças, ela também é recortada por formas de resistência. Compreender esta situação implica em aceitar a escola como um lugar que se expressa numa extrema tensão entre forças antagônicas.

Como a pluralidade das ações aí presentes não se reduz à uniformidade, o princípio da homogeneização, imposto pela escola, não se coloca tranquilamente, pois ele repousa numa inquietação frente à existência dos diferentes grupos. A disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo como são partilhados os espaços, o tempo, as relações entre os alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Identificar as causas que levam à existência da indisciplina nas classes de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Definir a indisciplina e suas consequências.
- Reconhecer a indisciplina em sala de aula decorrente da formação do indivíduo no meio familiar.
- Pesquisar os fatores que mais influenciam na indisciplina escolar.

JUSTIFICATIVA

Ao notar dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental devido a indisciplina dos alunos, desenvolveu-se uma pesquisa para levantar métodos que levem ao esclarecimento de como amenizar o problema, tendo como principal objetivo tomar conhecimento das supostas causas que levam à indisciplina.

Como a pluralidade das ações e de culturas aí presentes não se reduz à uniformidade, o princípio da homogeneização, imposto pela escola, não se coloca tranqüilamente, pois ele repousa numa inquietação frente à existência dos diferentes grupos. A disciplina imposta, ao desconsiderar, por exemplo, o modo como são partilhados os espaços, o tempo, as relações entre os alunos, gera uma reação que explode na indisciplina incontrolável ou na violência.

A escola como qualquer outra instituição, está planejada para que as pessoas sejam todas iguais. A homogeneização é exercida por meio de mecanismos disciplinares, ou seja, de atividades que esquadrinham o tempo, o espaço, o movimento, os gestos e as atitudes dos alunos, dos professores, dos diretores, impondo aos corpos uma atitude de submissão e docilidade.

A instituição escolar não pode ser vista apenas como reflexo da opressão, da violência, dos conflitos que acontecem na sociedade. É importante argumentar que as escolas também produzem sua própria violência e sua própria indisciplina. O problema disciplinar é, frequentemente, repercussão dos conflitos da família e do meio social envolvente.

ESTRUTURA DO TRABALHO

No primeiro capítulo se apresentará os reflexos da sociedade na escola. O segundo capítulo tratará do problema da indisciplina e o terceiro mostrará a indisciplina no contexto familiar.

1. OS REFLEXOS DA SOCIEDADE NA ESCOLA

A Escola sofre reflexos do meio em que está inserida. O problema disciplinar é, frequentemente, repercussão dos conflitos da família e do meio social envolvente.

As pessoas que rodeiam o aluno, mais propriamente as pessoas da família, influem muito no seu comportamento, pois a criança nasce no seio desta, sendo, portanto, os pais os primeiros educadores. A extraordinária influência dos que quotidianamente tratam com os alunos reflete-se em muitos dos atos praticados por eles. A ação da família começa desde o berço, muito antes da ação da escola. Sendo a importância da ação familiar na tarefa educativa reconhecida pela Escola, impõe-se uma íntima colaboração, que deverá significar a ajuda mútua na consecução do ideal educativo.

Segundo ABRAMOWICZ e MOLL (2002, p.21):

[...] para uma educação idealmente construída, a disciplina deveria ser consequência voluntária da escolha livre e, como consequência da disciplina, a liberdade deveria enriquecer-se de possibilidades, não sendo antagônicos os dois princípios de liberdade e de disciplina.

ABRAMOWICZ e MOLL (2002, p.22) considera que *“a aprendizagem da liberdade é a tarefa fundamental da educação.”* O professor deve deixar a cada aluno uma margem de liberdade, que o torne responsável pela execução correta das tarefas que lhe são destinadas.

Segundo AQUINO (2003, p. 44):

Dizer que uma planta cresce livremente não significa que ela possui a liberdade de passear por onde lhe apeteça, mas de viver obedecendo às leis naturais do seu desenvolvimento. De fato, a liberdade concedida ao aluno é a libertação progressiva dos seus instintos e das suas tendências. Ela é constituída por um doseamento individual de permissões e de proibições; de livres escolhas e de disciplina; de autoridade-constrangimento e de autoridade-conselho.

O clima da aula, segundo BARROS (1996), deve ser de liberdade e de tolerância, de modo a permitir que os alunos tomem consciência dos seus valores e ajam em sintonia com eles. A autonomia conduz à autodisciplina, não significando, no entanto, que o professor tenha uma atitude de indiferença, ou de apatia perante os alunos. Pelo contrário, as suas atitudes, embora democráticas, devem ser firmes.

Tradicionalmente, segundo BARROS (1996), o clima da aula era caracterizado, pela quietude, pela criação de um grupo de estudantes dóceis, que participavam na aula como meros receptores, o que tinha como consequência a rapidez do ato pedagógico. Desenvolvia-se pouco a capacidade crítica e a iniciativa individual.

Nos nossos dias, segundo AQUINO (2003), cada vez é mais difícil estabelecer a disciplina e fazê-la respeitar. É que, hoje, a posição do aluno é muito diferente da que conheceram o seu pai e o seu avô. Estes viveram entre a Família e a Escola, em meios homogêneos, onde toda a gente admitia os modos de vida aceites pela maioria e rejeitava quaisquer outros. Com o efeito da evolução das condições gerais de vida, em todos os meios, as crianças tornaram-se mais independentes, menos dispostas a obedecer à autoridade dos adultos.

Hoje, segundo SILVA (1995), vive-se numa sociedade em que a unidade familiar se encontra desgastada, sem que o lar possa oferecer aconchego, uma vez que os pais, graças às deslocações para o emprego e às longas jornadas de trabalho que lhes asseguram a subsistência, deixam de estar presentes nos momentos mais difíceis.

Este tema é, sem dúvida, demasiado vasto. Tendo em consideração a sua amplitude, serão tratadas apenas algumas vertentes, não numa perspectiva de meta de chegada de conhecimentos definitivos, mas de ponto de partida para outras abordagens interativas do ato educativo. Assim, clarificando e delimitando o campo que vai ser objeto desta reflexão, começa-se com as definições dos conceitos envolvidos. E, partindo do princípio de que a indisciplina deve sempre fazer parte de uma preocupação preventiva, segundo DOTRENS (1974), achou-se por bem referir os fatores condicionantes da disciplina / indisciplina, bem como sugerir estratégias para a resolução de conflitos. Como a indisciplina constitui, atualmente, um dos problemas mais graves que a Escola enfrenta, não podia deixar de ser referidos, também, os efeitos negativos que ela produz em relação aos docentes.

Outrora, segundo LOUREIRO (s/ data), a disciplina era um conjunto de meios, mais ou menos violentos, para se conseguir a ordem na Escola. Limitava-se a dominar a turbulência natural do aluno, privando-o das suas iniciativas, da manifestação natural das suas tendências e contrariando a sua necessidade de movimento.

TIBA (1996, p.46), transcreve um poema de um aluno da Escola Primária, que reflete o ambiente disciplinar baseado no medo:

“Os alunos da terceira,
Ao entrarem na Escola,
Com o seu boné na mão
E com a sua sacola,
Vão a tremer, a tremer,
Com a alma amargurada,
Tendo medo de apanhar
Alguma palmatoada”.

Este poema ilustra o medo dos alunos de ir à escola, medo dos próprios colegas e medo do ambiente hostil, muitas vezes causado pelos próprios professores.

Para TIBA (1996, p.97), *“atualmente, quando se fala em disciplina, pensa-se num conjunto de regras com a finalidade de estabelecer a ordem, assim como as sanções associadas à violação das mesmas.”* Esta violação conduz à desordem, que define o conceito de indisciplina.

A Escola não deve ser uma multidão, ou seja, um simples aglomerado de indivíduos acidentalmente reunidos. Dado que, sem disciplina, existiria a confusão, o tumulto, a anarquia, aquela, impõe-se como uma imperiosa necessidade social, visto que assegurará a autoridade do professor, o comportamento dos alunos e a eficácia do ensino.

AQUINO (2003, p.76), considera que

a disciplina não é um fim em si mesmo; é antes um instrumento de educação moral, devendo-se entender as punições, que se utilizam para a manter, como instrumentos de correção e não como meios de poder.

A questão da disciplina / indisciplina na aula, segundo AQUINO (2003, p.76), é um assunto muito controverso. O que para alguns professores é indisciplina, para outros é apenas uma manifestação da vitalidade própria da adolescência. Além disso, não é fácil ter a certeza de um ato perturbador ser ou não intencional.

São múltiplos, segundo TIBA (1996), os fatores que condicionam a disciplina, tanto no espaço sala de aula, como no espaço Escola. Podem considerar-se fatores estruturais (escolaridade obrigatória, número de alunos por turma, currículos escolares e autoridade do professor), fatores sociais (representações

sociais, subculturas docentes e discentes, e poderes dos professores e dos alunos) e fatores pessoais (objetivos individuais, estilos de ensino e estratégias de aprendizagem).

A indisciplina dos alunos é um fenômeno tão antigo como a própria Escola e é também inevitável. Já Santo Agostinho sentia a sua vida amargurada pela indisciplina dos jovens que perturbavam "*a ordem instituída para seu próprio bem*." (ABRAMOWICZ; MOLL, 2002, p.66).

O que atualmente há de novo, para ESTRELA (1992), é a extensão que o fenômeno atingiu. Com efeito, a população escolar multiplicou-se consideravelmente após o golpe de Estado, seguido de algum movimento de massas, de 1974, em função das leis da escolaridade obrigatória.

A democratização do ensino, segundo ESTRELA (1992), trouxe à comunidade escolar não apenas os tradicionais clientes das escolas portuguesas, mas também uma enorme massa de alunos, oriundos de estratos sociais menos favorecidos, muitos deles potenciais desviantes. E, como consequência desta massificação do ensino, tornaram-se mais comuns as desigualdades relativas à origem sócio-econômica dos alunos que chegam às escolas.

Por sua vez, para ESTRELA (1992), estas não dispunham de recursos humanos suficientes para dar resposta a esta "*invasão*", nem estavam preparadas para se adaptarem à grande diversidade sócio-cultural desses alunos. Tão pouco o estava para receberem milhares de alunos em espaços destinados a apenas algumas centenas. E o número de alunos por turma tornou-se excessivo.

Não se deve segundo SAMPAIO (1996), ensinar sem se pensar no aluno; é necessário conhecer o seu mundo, as suas diversas formas de comunicação, os seus interesses. A relação professor/aluno deve ser baseada no diálogo. E isto não é possível em turmas com um elevado número de alunos. Tudo isto vai contribuindo para o mal-estar dos alunos e, conseqüentemente, para a criação de condições favoráveis à indisciplina.

É fácil, segundo FREITAS (1995), perceber os desajustamentos existentes entre o que os alunos pretendem e o que a Escola lhes pode oferecer. Muitas vezes, o que se pretende que os alunos aprendam está longe dos seus interesses e mesmo da sua capacidade de aprendizagem. Aqui entram os planos curriculares,

tão repletos de opções que é impossível satisfazer todas as pretensões e motivações dos alunos.

Atrás da desmotivação vem o desinteresse e o aborrecimento. Embora não se possa considerar que estes, por si sós, conduzam a comportamentos anômalos, dado que a indisciplina é, por definição, multifatorial, juntam-se-lhes, por vezes, segundo FREITAS (1995), fatores ambientais e sociais, acabando por se preparar um terreno fértil para a indisciplina. Então, conscientes de que o assunto não é, para eles, fundamental, ou de que não conseguem captar os conhecimentos, dedicam-se a desestabilizar a turma.

Os problemas disciplinares, segundo AFONSO (1991), podem ser encarados sob o ponto de vista dos poderes de que o professor e os alunos dispõem dentro da sala de aula. Com efeito, pode dizer-se que a desigualdade de poderes entre eles é o traço mais marcante da estrutura social da turma. Nela, as parcelas de poder que uns e outros detêm, são de caráter e natureza diferentes e cada um vai utilizá-las de modo a atingir os seus objetivos. Como estes podem ser diferentes para cada uma das partes, poderão vir a originar-se conflitos e situações de indisciplina.

Fazendo uma síntese das tipologias criadas por vários autores, podem considerar-se vários tipos de poder, não mutuamente exclusivos:

Poder do cargo: permite que o professor determine os métodos de estudo, as regras de trabalho e de comportamento dos alunos;

Poder de coerção: possibilita que o professor utilize punições, ou restrinja a liberdade dos alunos;

Poder de recompensa: baseia-se na utilização de estímulos positivos;

Poder referente: decorre da identificação do aluno com o professor;

Poder de especialista: baseia-se no reconhecimento e valorização, por parte do aluno, do fato do professor saber mais e ter um conhecimento aprofundado num determinado domínio;

Poder normativo: pressupõe que o professor seja capaz de exercer influência sobre os alunos, fazendo apelo a normas e valores consensuais;

Poder cognoscitivo: capacidade de influência que o professor exerce sobre os alunos, pelo fato de dominar conhecimentos e possuir experiências que eles não têm;

Poder pessoal: fundamenta-se nas características afetivas, temperamentais e de personalidade (TIBA, 1996, p.71).

Ao professor, segundo ESTRELA (1992), cabe exercer a sua autoridade enquanto os alunos devem aprender o que lhes é proposto e adotar comportamentos que facilitem a sua aprendizagem. Os discentes esperam que o professor exerça a sua autoridade. Quando não o faz, é desvalorizado, sendo mesmo rejeitado ou, então, motivo de zombaria, funcionando como anti-modelo. É curioso notar que os alunos mais indisciplinados são os que exigem que os professores os mantenham na ordem.

Pela sua conduta, segundo ESTRELA (1992), o professor deve ser um exemplo, para que possa exercer, sem autoritarismo, a sua função educativa. Deve proporcionar, na sala de aula, um clima de participação e respeito, sem esquecer que o aluno é um indivíduo com direito a ter dúvidas, a ter dificuldades, a ter opiniões, a colaborar e a ser criança.

A autoridade e o poder, segundo DOMINGUES (1995), são condições da relação pedagógica. Sempre que o poder exercido assenta numa base de autoridade, os alunos reconhecem-no como legítimo. Estabelece-se uma relação de domínio-sujeição, baseada na obediência expressiva dos alunos, não se verificando atitudes críticas ou de rejeição do papel do professor. No caso contrário, a relação assenta na tentativa de resistência dos alunos, surgindo situações conflituosas.

É necessário que os alunos, segundo DOTTRENS (1974), reconheçam o professor como autoridade, ou seja, alguém que deve ser obedecido. Não uma autoridade atuando por proibições e constrangimentos severos, mas uma autoridade que ressalte do prestígio que, pelo seu exemplo, pelo seu ensinamento e, sobretudo, pela sua atitude, ele tiver sabido adquirir junto dos seus alunos.

Quanto ao poder dos alunos, mesmo que ele seja muito reduzido, eles podem querer exercer esse poder e, dada a sua superioridade numérica, podem surgir situações conflituosas. Concretiza-se o seu poder, por exemplo, na capacidade que têm de manipular os professores e interferir ou condicionar os estilos e métodos de ensino, e até chegar a impor a sua própria vontade.

Como diz AQUINO (2003, p.85),

raramente a indisciplina é isoladamente produzida por um só aluno. Frequentemente, constitui uma resposta socialmente organizada dos alunos, face às práticas didáticas desinteressantes e maçadoras dos professores.

Ou seja, o ambiente escolar é hostil e sem estímulos. Os alunos, por sua vez, reagem com indisciplina. 14

O poder dos alunos para DELAMONT (1987), é um poder de grupo, e a força de cada um está diretamente relacionada com o número de alunos que se solidarizam com ele, na luta contra o professor. Os alunos estão constantemente empenhados em experimentar o professor, para verem se ele é capaz de manter a ordem e se as lições dão resultado. De uma maneira geral, eles pretendem que ele ensine e os mantenha na ordem. A sala de aula, não raras vezes, oculta relações interpessoais conflitivas, devido às formas de imposição e exercício dos poderes dos atores a professores e alunos.

São também essenciais as interpretações do professor a respeito dos alunos, para que possa agir sobre eles. Deste modo, não poderá considerar-se perdido o tempo que gasta a pensar e a discutir acerca deles.

Na representação que faz do aluno, segundo POSTIC (1990), o professor dá prioridade ao que ele espera dos resultados escolares e às atitudes face ao trabalho, para só depois considerar as qualidades afetivas e relacionais. Assim, julga-o bem ou mal, conforme a maneira como ele corresponde à sua expectativa, isto é, de acordo com o grau de sucesso escolar e com as informações, provenientes das observações diretas, dos comportamentos e dos trabalhos do aluno, na aula.

Muitas vezes, em vez de procurar compreender o aluno na sua originalidade, tentando perceber como é que ele vê a situação, o docente, segundo POSTIC (1990), prende-se a uma categorização estrita, inalterável, dando, à representação que dele faz, um caráter de fatalidade, de rigidez, tornando impossível qualquer permuta, qualquer cooperação.

Sem que se apercebam, os professores comportam-se de maneiras diferentes em relação aos seus alunos.

Os alunos julgados desfavoravelmente, segundo DOMINGUES (1995), captam e interioriza a imagem que o professor tem deles, e vão comportar-se de acordo com ela, passando a fazer o possível para justificarem a fama que têm. Quer sejam alunos fracos ou não, são ativos e participantes, mas fora das regras estabelecidas.

Por seu lado, segundo DELAMONT (1987), o aluno privilegia as qualidades humanas e relacionais do professor (compreensão, doçura, atitudes), relegando para 15 segundo plano as qualidades ligadas à técnica pedagógica.

Esta divergência de representações conduz à existência de insatisfações recíprocas, sendo a relação pedagógica vivida de uma maneira contraditória.

Até há relativamente poucos anos vivia-se numa sociedade culturalmente quase homogênea. Mas, o rápido desenvolvimento das tecnologias de comunicação, segundo GONÇALVES (1995), fez com que, diariamente, o Mundo entre em nossas casas. E a Escola, que se organizava por um único padrão cultural, vê-se, hoje, confrontada com uma multiplicidade de culturas, importada via sistemas de comunicação.

O professor sofre uma concorrência, cada vez mais forte, vinda dos «*media*», das organizações extra-escolares e de grupos de colegas. Assim, pode dizer-se que, atualmente, segundo GONÇALVES (1995), a Escola é um lugar de confronto de culturas concorrentes, pois apareceram outros tipos de cultura: cultura de massas, devida aos «*media*» modernos tais como a rádio, a televisão, a imprensa, e culturas de vanguarda ("*hippie*", "*punk*", "*skin heads*", etc.), que tiveram tendência a generalizar-se.

Como já foi referida, a massificação escolar saturou a capacidade de resposta das Escolas, obrigou a uma entrada massiva de novos professores e diversificou as crenças educativas e as ideologias profissionais.

Os alunos são sujeitos, segundo DOMINGUES (1995), a sucessivas e diferentes mundividências docentes, já que estes não possuem um comum quadro de valores morais que conduza as suas práticas profissionais. A diversidade de quadros morais valoriza e estimula comportamentos discentes concretos, por vezes, contraditórios.

Os jovens encontram, fora da Família e da Escola, segundo POSTIC (1990), formas de cultura que lhes parecem mais próximas das suas preocupações e, consequentemente, os atraem. Partilham valores, normas, formam grupos que têm a sua linguagem, os seus próprios modelos de comportamento. A solicitação que surge por parte de outras forças, além das da Família e da Escola, pode levá-los a restringir as suas ambições intelectuais e a abandonar a experiência escolar, no

sentido de contestar o mundo adulto, ou para lhe opor uma contracultura. Têm 16 muitas vezes, a ilusão do saber e ficam com imagens justapostas da realidade. Procurando novos modelos, o jovem afasta-se das atitudes de seus pais, transformando a educação numa ocasião de rupturas.

Se um aluno pertencer, eventualmente, a subculturas específicas, por exemplo, subculturas anti-escolares, segundo AFONSO (1991), pode ter capacidade de mobilizar conjuntos de interação, acabando por ser temido pelos outros e até pelos professores, e impor algumas condições na definição da situação ao nível da sala de aula.

Os professores e os alunos usam estratégias que estão, segundo DELAMONT (1987), dependentes de variadíssimos fatores, tais como personalidade e formação específica do professor, origem social e nível etário dos alunos, qualidade física da escola e seu apetrechamento técnico-pedagógico, etc..

Em termos muito gerais, segundo DELAMONT (1987), as estratégias do professor consistem em impor a sua definição da situação, falando durante a maior parte do tempo, em impor a sua definição dos assuntos, pelo ensino direto e pelo interrogatório que faz aos alunos e em explicitar as suas expectativas e formulá-las e repeti-las frequentemente. Procura dominar as suas turmas para, em seguida, as ensinar.

Os alunos diferem uns dos outros na forma como reagem e aceitam os vários estilos de ensino. Alguns são mais adaptáveis do que outros.

A maioria dos alunos, segundo DELAMONT (1987), segue a estratégia de base de agradar ao professor, principalmente se vislumbra alguma recompensa para isso. Vai agindo sempre em conformidade com o estilo de comunicação que lhe for pedido, desde que descubra qual é, e procura dar respostas consentâneas com os estímulos que lhe são propostos. Contudo, se os alunos prevêm não receber nenhuma recompensa, são capazes de entrar em combinação para provocar turbulência e interromper o processo da aula.

A conexão e desconexão são, segundo DOMINGUES (1995), dimensões organizacionais, caracterizadas pela presença ou ausência de uma articulação organizada e organizativa dos fins e dos meios das diversas áreas funcionais de uma estrutura orgânica .

Quando os elementos de uma parte do todo, segundo DOMINGUES (1995) 17 atuam ou se manifestam de modo convergente, estamos perante uma conexão, que provoca relações administrativas e sociais, caracterizadas pelo encadeamento, ligação, continuidade, analogia e dependência das partes. Quando, por outro lado, os elementos das partes do todo atuam ou influenciam de forma divergente, paralela ou mesmo antagônica, enfraquecendo a sua estruturação e eficácia, estamos perante uma desconexão, gerando relações administrativas incertas, ambíguas "dessolidárias" e fluídas.

O caráter predominantemente conexo ou desconexo das organizações (a Escola é uma organização), segundo DOMINGUES (1995), depende da rigidez das estruturas e da força de imposição das diferentes orientações normativas. Sendo o controlo disciplinar fundamental numa organização normativa, o que se verifica em nível de Escola, é que essa atividade se revela muito desconexa, sendo, talvez, o aspecto mais marcante da gestão da disciplina. Se acrescentarmos a isto que a Escola, em termos de gestão orgânica, pode ser definida como uma anarquia organizada, facilmente se compreenderá que o fenómeno da indisciplina, em termos de desconexão, poderá ser intrínseco à natureza da própria Escola.

Em nível dos órgãos da Escola que tratam das questões disciplinares, segundo DOMINGUES (1995), verifica-se que a relação entre os mesmos é ambígua e conflituosa. Ao Órgão de Gestão é atribuído um poder deliberativo e executivo, ao passo que aos Conselhos de Turma uma mera função consultiva, diluindo assim o poder dos professores daquilo que se designa de controlo disciplinar, quando efetivamente são estes que de uma forma mais real vivem e lidam com as situações de comportamentos e atitudes consideradas desviantes. Por outro lado, verifica-se que a definição de normativos oriundas do Órgão de Gestão dificilmente circula de forma clara, precisa e objetiva, por toda a comunidade escolar, já que os sistemas de comunicação da mesma são heterogêneos, difusos e fluídos, dando origem a ambiguidades interpretativas que conduzem a atuações diversificadas, por parte dos vários intervenientes.

As vivências, a formação, os valores, os entendimentos acerca do que é a Escola e a Educação e os seus objetivos, se não são contraditórios, segundo DOMINGUES (1995), não são tão sintonizantes como seria desejável, o que já foi referido. O que muitas vezes, para um professor é considerado um comportamento

desviante, aquilo que normalmente se designa por ato de indisciplina, para outros já não o é. Por outro lado, muitas vezes assumem-se atitudes de cumplicidade interna, relativamente a comportamentos de alguns alunos, para evitar situações que perturbem as relações profissionais, já que questionar o comportamento dos alunos levaria consequentemente ao questionamento e avaliação das práticas profissionais dos outros Professores (colegas).

O prestígio que os Auxiliares de Educação gozavam na Antiga Escola e que lhes conferia autoridade, neste momento, segundo DOMINGUES (1995), desapareceu completamente, devido a vários fatores, manifestando-se de forma evidente na sua capacidade de intervenção no controlo disciplinar. Acresce ainda que é deixado a estes o controlo dos espaços não letivos, "remetendo-se" os Professores unicamente para a sala de aula, verificando-se, não raras vezes, que os mesmos se desresponsabilizam totalmente da sua função educativa fora da sala de aula, o que perante situações disciplinares em que não intervêm conduz a uma desautorização dos Auxiliares de Educação que se sentem muitas vezes desmotivados para agir, até porque verificam que a sua atuação é por vezes desvalorizada pelo próprio Órgão de Gestão. Basta relembrar o que é frequente ouvir dos alunos quando estes saem dos gabinetes dos Órgãos de Gestão, onde foram conduzidos por algum funcionário: "Eles não me fizeram nada... Foi apenas um sermão... Tenho algum medo?..."

Não raras vezes surgem situações conflituosas por inexistência de coincidência das expectativas geradas pelos Pais e pelos Professores relativamente aos alunos. Por outro lado verifica-se que num modelo de Escola de Massas como se pretende que seja o nosso, segundo DOMINGUES (1995), a descontinuidade existente entre os modelos culturais na grande maioria das famílias e os modelos culturais da Escola é abissal. Quantas vezes a cultura familiar é hostil à Escola e aos Professores. Embora se pretenda um elevado nível de participação dos Pais no processo educativo, estes continua ainda a ser desvalorizado pelos Professores e de certa forma "mal vinda", uma vez que é entendida como um ato de controle da atividade docente e enquanto não se ultrapassar esta mentalidade não é possível definir formas de atuação conjuntas e convergentes, que possam evitar situações de indisciplina.

Podem ser considerados, ainda, os seguintes fatores que, em minha opinião 19 segundo SILVA (1995), são também condicionantes da disciplina dentro da escola:

- A crise de valores e os conflitos de gerações, mais visíveis nos nossos dias, devido à liberalização progressiva a que nas últimas décadas se vem assistindo;
- Os horários rígidos que não respeitam os ritmos individuais de trabalho;
- A degradação e o mau equipamento dos edifícios escolares;
- A má remuneração dos professores, o que leva a um fraco empenhamento na tarefa educativa, afastando para outras profissões aqueles que teriam melhores qualidades e mantendo, no ensino, docentes sem qualificação, ou aqueles que fazem do ensino uma ocupação temporária, enquanto não encontram emprego mais bem remunerado, ou em "*part time*";
- Maior percentagem de feminização do corpo docente, o que torna, por vezes, mais difícil o exercício da autoridade.
- Pessoal auxiliar sem preparação específica e mal remunerada;
- O elevado índice de insucesso escolar;
- A falta de perspectivas por parte dos alunos, no que se refere a saídas profissionais ou de prosseguimento de estudos;
- A não existência, em número suficiente, de cursos profissionalizantes que permitam aos alunos menos vocacionados para o prosseguimento dos estudos, uma realização profissional em termos de médio prazo.

2. O PROBLEMA DA INDISCIPLINA

A Escola não é mais o que era antes. Todavia, a autoridade continua a ser necessária em qualquer grupo social estruturado. As relações entre os que detêm essa autoridade e os que a ela estão submetidos mudaram consideravelmente.

O aluno espera ser considerado como pessoa, capaz de ser ouvido, capaz de compreender e de assumir as suas responsabilidades. Se até há pouco tempo, segundo SILVA (1995), a superioridade e a autoridade do Professor se baseavam no domínio do conhecimento científico, isso tende a desaparecer, dada a capacidade e facilidade que os alunos têm de acesso às novas tecnologias de informação, o que exige uma nova dimensão do Professor que terá de partir do conhecimento de si próprio.

Da forma como se processar a auto-estima do Professor, segundo SILVA (1995), assim dependerá a maneira como ele se vai relacionar com todos os participantes no processo educativo.

É fundamental, segundo SILVA (1995), que o Professor acredite no valor do ato educativo, através da sua atuação. Mais do que ninguém, tem de acreditar na Educação. Se não acredita naquilo que faz, não pode motivar ninguém. Deve assumir, de uma forma profunda, o papel essencial que desempenha na sociedade, recuperando e valorizando a sua imagem a partir duma reflexão séria do seu estado atual, das suas atitudes e dos seus comportamentos, dos seus pontos fortes e fracos, o que lhe permitirá descobrir formas de atuação que conduzam a um progresso e sucesso na sua prática profissional.

Segundo a perspectiva desenvolvimentista, baseada na teoria de Lawrence Kolberg (1975), a definição de regras, a sua manutenção, a sua aplicação e o seu cumprimento por parte dos alunos estão relacionados com os níveis de desenvolvimento etário, designados por estádios.

No estádio I, que abrange as idades do infantil, pré-escolar, até ao 3.º ano de escolaridade, segundo Lawrence Kolberg (1975), o estabelecimento de regras e a sua manutenção competem ao Professor. A sua aplicação resultada utilização de

meios físicos e são cumpridas com receio de alguma punição ou para obter aprovação.

No estágio II, que abrange as crianças dos primeiros anos do 1º Ciclo, segundo Lawrence Kolberg (1975), continua a ser o professor a estabelecer as regras de conduta, sendo ainda o responsável pela sua manutenção. A sua aplicação e razão do seu cumprimento, resultam de recompensas concretas, de reforços positivos e não já de receios de punições.

No estágio III, que corresponde aos 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico, segundo Lawrence Kolberg (1975), a interação entre os alunos e o Professor no estabelecimento e manutenção de regras pode aumentar, sendo de salientar que nesta idade os alunos têm tendência a sugerir medidas demasiado severas para punir pequenas infrações. Daí a importância do Professor como moderador. A razão do cumprimento das regras resulta fundamentalmente da necessidade de pertença à turma enquanto grupo, numa atitude de conformismo e ainda para evitar ficar isolado.

No estágio IV, que abrange os níveis escolares do 10º ao 12º ano, segundo Lawrence Kolberg (1975), o estabelecimento das regras resulta de uma interação ainda maior entre o professor e os alunos, dado que estes do ponto de vista de desenvolvimento estão prontos para participar de forma mais intensa na elaboração e manutenção das regras, bem como no julgamento das situações em que as mesmas não são aplicadas. Neste estágio os alunos têm competência para controlar os seus próprios contratos e o cumprimento das regras resulta do fato dos mesmos quererem desenvolverem e assumir a sua responsabilidade individual, e uma identidade própria e não serem apenas meros elementos do grupo.

No estágio V, que poderá abranger alunos do 12.º ano e o nível universitário, segundo Lawrence Kolberg (1975), professores e alunos estabelecem as regras e as suas formas de manutenção. Todavia neste estágio manifesta-se uma quase autonomia dos alunos que através de assembleias e comissões de disciplina, discutem e elaboram as regras e as formas de controle das mesmas pelos próprios alunos. Este processo conduz ao desenvolvimento de uma maior maturidade e responsabilidade. O cumprimento das regras resulta da compreensão de princípios do sentido da justiça bem como da necessidade da construção de uma sociedade democrática baseada no princípio dos direitos e responsabilidades individuais.

A resolução de conflitos disciplinares não é tarefa fácil. No entanto, sem pretender a exaustividade, serão referidas algumas estratégias.

AQUINO (2003, p.117) resume algumas questões-chave sobre indisciplina da seguinte maneira:

Combate-se a indisciplina na Escola através da co-responsabilização de professores, alunos e pais; a melhoria da comunicação professor-aluno é fundamental; os pais devem unir-se aos professores nesta tarefa; a Escola deve promover uma crescente atividade de natureza lúdica, cultural e formativa dos alunos, tanto nas aulas como nos tempos livres; os conteúdos programáticos devem adaptar-se, tanto quanto possível, aos interesses dos alunos; os professores deverão procurar perceber as razões dos comportamentos desviantes dos alunos.

Pelo exposto na citação acima podemos deduzir que a indisciplina pode ser reduzida se os professores se tornarem organizadores mais eficazes da aula, se tiverem uma boa formação científico-pedagógica e uma boa capacidade relacional com os alunos.

A criação de estruturas informais de mediação, constituídas por elementos escolhidos dentro da comunidade educativa segundo SILVA (1995), poderá ser uma experiência positiva a programar e a considerar na resolução de conflitos dentro da escola.

Entre tudo o que uma das partes faz ou diz, há comportamentos que a outra parte aceita e outros que não aceita. Quando uma das partes tem um comportamento que a outra não aceita, é esta que tem um problema.

A indisciplina produz efeitos negativos no aproveitamento escolar e na socialização dos alunos. Estes efeitos negativos, segundo ESTRELA (1992, p. 97), exercem-se também sobre o professor, provocando nele desgaste físico e psicológico, ansiedade, fadiga, tensão, perda de eficácia educativa, diminuição de auto-estima, sentimento de frustração e desânimo e "*stress*". Este conjunto de fatores pode levar, em último caso, ao abandono da profissão.

Estes aspectos negativos atingem, sobretudo os professores menos experientes e menos preparados pedagogicamente.

Apesar das limitações, considero que a elaboração do trabalho se tornou proveitosa, uma vez que me foram dados a conhecer aspectos novos sobre o tema tratado. Por certo, irão influenciar, de forma positiva, a profissão que pretendo exercer, ajudando-me, na abordagem de casos de indisciplina que possam surgir e,

por outro lado, fornecendo-me elementos que me facultem estratégias para a resolução de conflitos.

O tratamento do tema em questão proporcionou um espaço de reflexão sobre questões de disciplina/indisciplina, favorecendo ilações que possam vir a ser proveitosas nas atitudes a tomar com educadora.

Muitos dos conflitos que hoje se manifestam nas nossas escolas podem ter origem no modelo de pedagogia coletiva, que ainda persiste baseado no princípio de *"ensinar a muitos como se fosse um só"*. O professor tem dificuldade em gerir a heterogeneidade dos alunos, respeitando as suas diferenças e praticando um ensino individualizado.

Urge *"reinventar"* a Escola, modernizar as suas estruturas e formas de funcionamento. Mas o lugar central cabe à formação de professores. Formação que sugira práticas alternativas e que ajude os professores a lidar com a heterogeneidade. Formação que proporcione alteração dos modos de organização pedagógica que, ainda que não seja suficiente para resolver todos os conflitos, possa contribuir *"para tornar a Escola um lugar de vida e de aprendizagem mais interessante e produtiva e fazer redescobrir o prazer de se gostar dela."* (TIBA, 1996, p.96). Formação que os prepare para uma Escola com as difíceis e desafiantes exigências culturais, sociais e educativas dos tempos que correm.

No que se refere à disciplina, a Escola terá que ser um espaço onde se cultiva o espírito humanista, a tolerância ideológica e um salutar e interveniente espírito de cidadania.

3. A INDISCIPLINA E O CONTEXTO FAMILIAR

Atualmente, o tema mais discutido pelos professores é a disciplina e os fatores que promovem a sua ausência no ambiente escolar. Instituída como um mito, ela é analisada através de várias óticas, pois a sociedade na qual se estabelece o seu exercício, além de ser constituída por uma diversidade de culturas, vive em constante transformação. Nesse cenário, evidenciam-se as demandas diferenciadas e contraditórias por parte dos indivíduos que compõem o meio social, gerando, a partir delas, conflitos e discrepâncias de idéias entre os mesmos.

Levando em consideração esse contexto, segundo AQUINO (2003), subentende-se que a concepção de disciplina mantém uma relação de dependência com o meio social em que está inserida, pois, é de acordo com os princípios e valores pré-estabelecidos pelos grupos que o constituem que se definem as regras que determinam essa disciplina.

No ambiente escolar, para melhor entender de que forma e a partir do que se definem essas regras, é importante retomar a escola no período em que as grandes transformações sociais, políticas e econômicas, causadas pelas revoluções burguesas, abalaram a Europa e a todo o Novo Mundo. Nessa época, segundo ESTRELA (1992), a disciplina era encarada sob a ótica política e econômica, isto é, mantida pelo medo, em consequência do analfabetismo, da falta de conhecimento e informações. Os indivíduos "incapazes" cumpriam as ordens da elite que, por sua vez, era formada pela escola.

No século XIX, segundo ESTRELA (1992), com o crescimento do poder econômico do capital industrial acompanhado da ascensão política da burguesia, a escola é obrigada a rever sua estrutura e reorganizá-la de modo a atender às novas classes sociais emergentes dessas revoluções, as quais despontam sob a ideologia liberalista que defende o direito de igualdade de oportunidades para todos os indivíduos. Preocupada em manter a sua existência, a escola projeta-se nesse novo contexto social promovendo a essas citadas classes o acesso ao conhecimento, assistindo-as quanto às suas carências de socialização urbana e de especialização técnica e científica, minando, assim, a falta de mão-de-obra qualificada para trabalhar na indústria. Com isso, a escola se declara isenta quanto à

responsabilidade sobre os fracassos das várias trajetórias de vida escolar, tendo em vista atender às solicitações sociais quando a todos os indivíduos são dados direitos de igualdade e oportunidades no momento em que freqüentam a escola e acessam o conhecimento. Se a maioria desses indivíduos não aprende, a escola não é a culpada, mas sim aqueles que não têm "capacidade" de aprender.

Considerando essa visão, em seu percurso, segundo AQUINO (2003), a escola se posiciona em relação ao aluno como uma mera repassadora de conteúdos, inibindo sua consciência crítica e questionadora. As relações escolares determinadas em termos de obediência e subordinação, com o passar do tempo, são revidadas pelo novo sujeito histórico originado pelas mudanças sócio-culturais. A escola idealizada e implantada para o indivíduo subordinado torna-se incapacitada de administrar o seu território de maneira a atender esse novo sujeito.

Diante disso, em resistência a essa imposição, segundo AQUINO (2003), a indisciplina se faz presente opondo-se à prática administrativa e pedagógica desenvolvida na instituição escolar, confirmando, assim, as relações controvertidas entre a escola e as outras instituições sociais. Esse quadro revela claramente o quão importante são as diferentes práticas pedagógicas no ato de conceber o significado de disciplina, bem como na maneira de implantá-la.

Outro fator a ser abordado, no âmbito escolar, segundo AQUINO (2003), é a qualidade das relações entre professor-aluno. Atualmente, o educando, ao ingressar na vida escolar, traz consigo o início de sua história pautada nos hábitos e costumes vivenciados no bojo familiar. No decorrer do seu crescimento, a gama de informações que ele vai acumulando impulsiona-o a cada vez mais questionar a ação educativa desenvolvida na escola. O educador, por sua vez, não estando pronto para responder a tais questionamentos, tendo em vista ser ele produto da educação tradicional, desequilibra-se emocionalmente originando conflitos na relação professor-aluno.

Essa questão torna-se cada vez mais complexa, segundo AQUINO (2003), quando se versa sobre as crises de valores pelas quais passa o homem moderno. Na sociedade (ambiente extraclasse no qual se desenvolve, em parceria com a escola, a formação do indivíduo) as crises eclodem concomitantemente com o avanço tecnológico. Este, promovendo ao longo do tempo recursos avançados, permite ao indivíduo acessar amplamente o conhecimento, instigando-o, assim, a

ser mais ativo e, por conseqüência, desenvolver em si o senso questionador e crítico.

Tais fatos, produzidos numa sociedade composta por uma variedade cultural cada vez mais competitiva, para AQUINO (2003), induzem o homem, em função da conquista de um espaço na sociedade, a agredir, a intimidar e a afrontar seu semelhante. Essas atitudes acarretam um embate entre eles, provocando a falta de tolerância no convívio social. Diante disso, faz-se necessária a imposição de limites para os indivíduos constituintes dessas culturas, pois são eles que determinam as regras que promovem o convívio social harmônico. Considerando esses fatores, as relações no ambiente escolar se pronunciam de maneira inadequada e indisciplinar, não havendo respeito entre aqueles que a praticam. Constata-se isso no instante em que a clientela se manifesta sem estar apta para essa tarefa e a escola, preocupada em contemplar a nova clientela, se prontifica em ouvi-la sem estar preparada para tal exercício. Nesse palco, a indisciplina coloca-se em cena não só pelo despreparo de ambos em lidar com as suas interações, mas, também, pelas reações destes ao estabelecer autodefesas que garantam suas existências nesse contexto de vida.

Outro aspecto a ser levado em conta nesse cenário histórico, segundo ESTRELA (1992), é a família que, provedora das futuras gerações, responde muitas vezes a essas crises com despreparo e insegurança. Suas expectativas com relação ao futuro são permeadas de dúvidas e receios, causando conflitos de gerações. Estas, em suas ações, expressam, na sua maioria, o descaso e a irreverência com que são tratados os princípios e valores que orientam o convívio social. Esse esboço de vida familiar é explicitado pela sua própria história, enquanto instituição, que se coloca em vários planos no seu percurso histórico. Essa afirmação é constatada quando se confronta a Idade Média (período em que a linhagem e tendências da família são para a indivisão) com a atualidade (período em que as trajetórias direcionam para o individualismo). É claro, portanto, que as divergências desses planos refletem na formação do indivíduo e, por conseguinte na da família. Isso implica em afirmar que as instituições família e escola não podem caminhar independentemente, isto é, sem considerar o ambiente que as envolve, nem tão pouco considerar uma em detrimento da outra.

Concluiu-se, a partir dessas reflexões, que a família deve aliar-se à escola com o intuito de juntas, intervirem com segurança e consciência no processo de

formação desse novo sujeito histórico. Quanto à escola, esta deve evidenciar a responsabilidade do elenco que a forma, no que se refere ao sucesso desse processo. Cônsia da importância do papel do professor nessa ação estimula-o a aprimorar sua prática pedagógica a fim de envolver, mediante o exercício dessa prática, a nova geração com dinamismo, estimulando esses jovens ao comprometimento de alcançarem os objetivos estabelecidos, respeitando a identidade e individualidade de cada um no exercício da cidadania. A postura desse profissional deve ser coerente com a proposta pedagógica da escola para poder desenvolver com confiança sua prática educacional, legitimando o respaldo que aquela lhe oferece.

Enfim, partindo do pressuposto de que as transformações pelas quais estamos passando são frutos da história do homem, logo, da sua própria história, entende-se que a indisciplina é gerada em resposta às várias mudanças que são ou não bem quistas por ele; que a disciplina é resultado do processo educativo, o qual deve objetivar a formação integral do indivíduo, respeitando suas diferenças e, ao mesmo tempo, propiciando condições para integrá-las, adquirindo, assim, resultados positivos nas relações pessoais e no citado processo. Vale ressaltar, portanto, que o papel mais importante do educador é criar meios para fazê-lo coletivo sem, contudo, eliminar as possibilidades de integração social, de forma que nessa ação conjunta sejam consideradas a autonomia e as diferenças desses indivíduos, promovendo com isso o desabrochar de uma nova ordem social, onde essas diferenças sejam articuladas e respeitadas.

CONCLUSÃO

A classe é o lugar onde se tece uma complexa rede de relações. Mas na medida em que o professor não consegue perceber essa teia ele concentra os conflitos ou na sua pessoa, ou em alguns alunos, não os deslocando, portanto, para o coletivo. Como não há reversibilidade de posições, forma-se uma rígida divisão entre aquele que sabe e impõe e aquele que obedece e se revolta. Dessa forma, cada um passa a ser movido por uma ordem, por uma obrigação que é imposta e não incorporada.

O professor imagina que a garantia do seu lugar se dá pela manutenção da ordem, mas a diversidade dos elementos que compõem a sala de aula impede a tranqüilidade da permanência neste lugar. Ao mesmo tempo que a ordem é necessária, o professor desempenha um papel violento e ambíguo, pois se, de um lado, ele tem a função de estabelecer os limites da realidade, das obrigações e das normas, de outro, ele desencadeia novos dispositivos para que o aluno, ao se diferenciar dele, tenha autonomia sobre o seu próprio aprendizado e sobre sua própria vida.

O conceito de indisciplina é susceptível de múltiplas interpretações. Um aluno ou professor indisciplinado é em princípio alguém que possui um comportamento desviante em relação a uma norma explícita ou implícita sancionada em termos escolares e sociais. Estes desvios são todavia denominados de forma diferente conforme se trate de alunos ou de professores. Os primeiros são apelidados de indisciplinados, os segundos de incompetentes.

Todas as mudanças são em certo sentido um ato de indisciplina ou de ruptura violenta com a ordem estabelecida. Não é possível encarar pois a indisciplina apenas de uma forma negativa. Ela pode assumir uma função criativa e renovadora das práticas instituídas.

As manifestações de indisciplina, nas suas formas mais elementares tornaram-se um rotina para qualquer professor. Exemplos de dois níveis de casos de indisciplina nas aulas: Apatia do grupo, cochicho, troca de mensagens e de papelinhos, Intervalos cada vez maiores, exibicionismo, perguntas feitas de forma a colocar em causa o professor, ou a desvalorizarem o conteúdo das aulas,

Discussões frequentes entre grupos de alunos, de modo a provocarem uma agitação geral, comentários despropositados, silêncios ostensivos, entradas e saídas "justificadas".

Temos ainda as manifestações excepcionais de indisciplina: agressão a colegas, agressão a professores, roubos, provocações sexuais, racistas, etc.

O primeiro nível está hoje amplamente generalizado, o segundo está em crescimento.

Não é fácil fazer o inventário das causas da indisciplina nas escolas. O seu número não pára de aumentar, quase sempre suportada nos dias que correm numa sólida argumentação científica.

As causas familiares da indisciplina estão à cabeça. É aí que os alunos adquirem os modelos de comportamento que exteriorizam nas aulas. Em tempos a pobreza, violência doméstica e o alcoolismo foram apontados como as principais causas que minavam o ambiente familiar. Hoje aponta-se o dedo também à desagregação dos casais, droga, ausência de valores, permissividade, demissão dos pais da educação dos filhos, etc. Quase sempre os alunos com maiores problemas de indisciplina provêm de famílias onde estes existem.

A novidade está contudo na participação direta dos pais na violência que ocorre nas escolas. Impotentes para lidarem com a violência dos próprios filhos, muitos pais apontam o dedo aos professores que acusam de não os saberem "domesticar". Frequentemente estimulam e legitimam a sua indisciplina nas escolas. Alguns vão mais longe e agridem professores e funcionários.

O que faz com que um aluno seja indisciplinado? É preciso dizer que muitas vezes as razões de fundo não são do foro da educação. Em muitos casos tratam-se de questões que deveriam ser tratadas no âmbito da saúde mental infantil e adolescente, da proteção social ou até do foro jurídico. O grande problema é que muitas vezes as escolas não conseguem fazer esta triagem. Tentam resolver problemas para os quais não estão preparadas ou nem sequer são da sua competência.

Todos os alunos são potencialmente indisciplinados, porque a escola é sempre sentida como uma imposição por parte do Estado ou da família. É por isso que as aulas são locais de constrangimentos e de repressão de desejos. Freud e

depois Foucault dissecaram este problema. Nesta perspectiva o que acaba por diferenciar os alunos entre si é a atitude que assumem perante estas obrigações.

Não é fácil explicar as razões que levam uns a assumirem-se como "conformistas" e outros como "revoltados". A "falta de afeto" ou a "vontade de poder" são, por exemplo, duas destas motivações. Há quem aponte também as tendências próprias de cada idade que transforma uns em "revoltados" e outros em "conformistas".

O grupo, enquanto conjunto estruturado de pessoas, tem uma enorme importância nos processos de socialização e de aprendizagem dos adolescentes. A sua influência acaba por ser decisiva para explicar certos comportamentos que os jovens demonstram e que são resultado de processos de imitação de outros membros do grupo.

Certas manifestações de indisciplina, não passam muitas vezes de meras manifestações públicas de identificação com modelos de comportamento característicos de certos grupos. Através delas os jovens procuram obter a segurança e a força que lhes é dada pelos respectivos grupos, adquirindo certo prestígio no seio da comunidade escolar. Nada que qualquer professor não conheça. A turma é também um grupo, sem que todavia faça desaparecer todos os outros aos quais os alunos se encontram ligados dentro e fora da escola. Numa sociedade em que os grupos familiares estão desagregados, o seu espaço é cada vez mais preenchido por estes grupos formados a partir de interesses e motivações muito diversas.

O Ministério da Educação é atualmente uma dos principais promotores da indisciplina nas escolas. Não apenas através da regulamentação que produz sobre a matéria, mas também das medidas avulso que toma ou da morosidade dos processos que aprecia. A ineficácia do sistema é neste domínio um poderoso estímulo à generalização de práticas desviantes.

Mas esta não é a única questão a considerar. As equipas que têm dirigido o Ministério da Educação são também responsáveis pela promoção de uma cultura de irresponsabilidade:

a) As sucessivas mudanças realizadas no sistema educativo em geral de forma atribulada e inconsequente. Como é sabido, entre nós, a máquina do Estado

caracteriza-se há muito por ser ineficaz e ineficiente, sem que se apurem responsabilidades pelo que quer que seja. O Ministério da Educação não é exceção, pelo contrário é um dos exemplos paradigmáticos desta situação. A imagem que passa é de uma "casa" em convulsão permanente. Cada novo ministro procura deixar a sua "marca" numa nova reforma que nunca é concluída, nem sequer avaliada. A mudança continua dirigentes, aliada a ausência de uma avaliação do seu desempenho permite a mais completa impunidade e o constante imprevisto. Os serviços do próprio ministério não funcionam e dificilmente são reformáveis. Tudo isto acaba por veicular nas escolas e na sociedade a idéia que a educação é um domínio pouco sério.

b) A prática corrente de um discurso que des-responsabiliza os dirigentes e os serviços do Ministério, e que acaba sempre por imputar a responsabilidade pela pouca eficácia do sistema aos professores. Ao escamotear-se desta forma outros atores no processo, criam-se zonas cinzentas em todo o sistema. Desmotivam-se uns e fomenta-se a impunidade de outros. O resultado final só pode ser o aumento da permissividade no cumprimento das normas mais elementares.

A organização escola está longe de ser um modelo de virtudes. Funciona em geral de modo pouco eficaz e eficiente. A excessiva dependência do Ministério da Educação, tende a reduzir os que nela trabalham a meros executantes, sem capacidade de resposta para a multiplicidade problemas que enfrentam.

No passado, o contributo dado pelas escolas para a indisciplina assentava na questão da seleção que operavam. As escolas eram acusadas de discriminarem os alunos à entrada e na constituição das turmas. A fazê-lo, criavam focos de revolta por parte daqueles que legitimamente se sentiam marginalizados. A questão ainda é colocada, mas não com acuidade que antes conheceu. Os contributos da escola para a indisciplina são agora outros.

Há muito que a escola deixou de ter um papel integrador dos alunos. Embora seja um espaço onde estes passam grande parte do seu tempo, nem sempre nela chegam a perceber quais são os seus valores, regras de funcionamento, etc.

Na verdade, as escolas estão mal preparadas para enfrentarem a complexidade dos problemas atuais, nomeadamente os que se prendem com a

gestão das suas tensões internas. A crescente participação de alunos, pais, entidades públicas e privadas nas decisões tomadas nas escolas tornou-se uma fonte de conflitos, que não raro acabam por gerar climas propícios à irrupção de fenômenos de indisciplina.

As Associações de Pais, quando funcionam, encaram muitas vezes os professores como um bando incompetentes que aproveitam todas as ocasiões para se furtarem às aulas. Repetem-se por todo o país os casos de membros destas associações que tirando partido da sua posição exercem pressão junto dos professores para beneficiarem os seus filhos.

A motivação é um dos fatores fundamentais da aprendizagem. Para que a motivação exista nas escolas é necessário que os programas sejam próximos da realidade vivenciada pelos alunos e com temas agradáveis.

No horizonte, qualquer programa escolar deverá ter, se possível, um emprego seguro e bem remunerado. Tudo o não passe por isto, é inútil e só pode conduzir situações de frustração, desmotivação, potenciando situações de crescente indisciplina. Estamos perante um discurso caricatural, mas que se encontra hoje amplamente difundido.

Um regulamento disciplinar é tudo e não é nada. Os professores imaginam-se com ele a salvo de muitos problemas disciplinares, e por isso procuram torná-lo o mais completo possível. O aumento da sua extensão cresce na mesma proporção direta da sua inaplicabilidade. A questão é todavia meramente ilusória.

Os professores partem do pressuposto que o mesmo será acatado pelos alunos, dado que foi aprovado pelos representantes, e que desta maneira se conformarão ao que nele estiver prescrito. Para os alunos, contudo, o regulamento não existe. O que impera na escola "é" a vontade dos professores e do Conselho Executivo. O regulamento será sempre mais um instrumento do seu poder discricionário.

Há séculos que se apontam uma série de nefastas influências sociais para explicar certos comportamentos violentos dos jovens. As práticas de diversão estão em geral à cabeça neste inventário das fontes de uma cultura da violência.

No passado referiam-se os combates e as touradas, hoje aponta-se o cinema, mas sobretudo a televisão e certos grupos e gêneros musicais. Mas o

problema ultrapassa a diversão. As nossas cidades são particularmente violentas. A única forma de sobreviver é assumir esta cultura de violência. O discurso é conhecido.

A tudo isto, junta-se um outro elemento de peso: o individualismo hedonista. Obter o máximo prazer no mais curto espaço de tempo, não importa os meios.

As escolas públicas são hoje frequentadas por populações escolares muito heterogêneas, contando no seu seio com um crescente número de alunos que provém de grupos sociais onde subsistem frequentemente graves problemas de integração social (ciganos, negros, etc.). Apesar da especificidade dos problemas destes alunos, a escola recusa-se, por uma questão ideológica a tratá-los de um modo diferenciado. A democraticidade do tratamento não elimina os problemas de socialização. Resultado: os problemas são transportados para dentro da sala de aula.

A abordagem da questão da violência não pode ser divorciada das ideologias políticas. As ideologias de direita sempre defenderam o primado do ordem e da responsabilização individual. O combate à indisciplina uma bandeira que sempre lhes foi cara. As ideologias de esquerda tende a ser mais tolerantes com a questão da indisciplina dos alunos. O problema é encarado como um mero reflexo de questões de natureza social. O resultado é para a adoção de práticas "desculpabilizadoras", "permissivas", etc. Trata-se de uma caricatura, mas como tal é largamente difundida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOWICZ, Anete & MOLL, Jaqueline. **Para além do fracasso escolar**. Campinas: Papirus, 2002.

AFONSO, A. J. **O processo disciplinar como meio de controle social na sala de aula**. Braga: Universidade do Minho, 1991.

AQUINO, Júlio Gropa. **Indisciplina: o contraponto das escolas democráticas**. São Paulo: Moderna, 2003.

DELAMONT, S. **Interação na sala de aula**. Lisboa: Livros Horizonte.LTDA, 1987.

DOMINGUES, I. **Controlo disciplinar na escola: Processos e práticas**. Lisboa: Texto Editora, 1995.

DOTTRENS, R. **Educar e instruir**. São Paulo: Editorial Estampa Ltda, 1974

ESTRELA, M. T. **Relação pedagógica, disciplina e indisciplina na aula**. Portugal: Porto, 1992.

FREITAS, C. V. **Caminhos para a descentralização curricular**. In: **Colóquio, Educação e Sociedade**, nº 10, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1995

GONÇALVES, O.F.; FERREIRA Alves, J. **Desafios do professor numa escola pós-moderna. A construção narrativa da existência**. In **Colóquio, Educação e Sociedade**, nº 10, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian. 1995.

KOHLBERG, Lawrence. **The cognitive development approach to moral education**, In: **Phi Delta Kappan**, p. 642-67, jun. 1975.

LOUREIRO, F. S. **Lições de pedagogia e didática geral**. Viseu: Eden Gráfico, Ltda.(s/ data).

POSTIC, M. **A relação pedagógica**. Coimbra: Coimbra Editora Ltda, 1990

RODRIGUES, N. **Por uma nova escola: o transitório e o permanente na educação**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

SAMPAIO, D. **Voltei à escola**. Lisboa: Editorial Caminho, 1996.

SILVA,J.J.R.F. **Violência. A escola e o seu papel**. In **Coloquio, Educação e Sociedade**, nº 10 , Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.

SILVA. D. K. da. **A indisciplina: um desafio para a equipe gestor**. Anápolis: Editora Guanabara, 2010

TIBA, Içami. **Limite na medida certa.** 17. ed. São Paulo: Gente, 1996.